

TIRADENTES

CARLOS MAUL.

Conferência realizada no Teatro Municipal, a convite oficial da Câmara de Vereadores, em 1956.

Este dia vinte um de abril precisa ser recordado, não como efeméride morta e fria do calendário cívico, pretexto para feriado em que todos ficam em casa a divertir-se com os programas de rádio, ouvindo sambas molengos ou a descrição das peripécias de partidas desportivas. Ele tem qualquer coisa de vivo e palpitante que nos fala diretamente ao patriotismo, e deve constituir motivo de emoção profunda, diante de uma das grandes tragédias da nossa história. Durante a Monarquia explicava-se que não houvesse demonstrações públicas envolvendo a figura de Tiradentes. Ele era apontado como criminoso de lesa-majestade, porque a sua revolta visara a instituir no Brasil, com a independência política, o regime republicano. Apenas se fazia a concessão de tolerar referências superficiais, nos compêndios escolares, ao indivíduo que também sonhara com a libertação da sua terra. Era a atenuante que os monárquicos do país independente encontravam para o não total esquecimento do herói. Daí o ter-se incutido no espírito de muitas gerações a idéia de que a famosa Conjuração Mineira não passara de um conluio de visionários que conspiravam em Vila Rica, com os olhos voltados para os Estados Unidos recém-emancipados da tutela britânica e se deixavam dominar pelas malsinadas idéias francesas que propugnavam a extinção do absolutismo ainda subsistente em diversas partes do mundo. Conjuração, Inconfidência, eram os termos restritivos da classificação de um movimento que obedecia a um plano vasto, que se inspirava em princípios doutrinários, mas que traduzia os anseios de uma coletividade oprimida que durante perto de três séculos caminhava de cabeça baixa, arrastando os ferros da escravatura. Que não foi somente uma tentativa frustrada de sonhadores e de inimigos da realeza, provam-nos os documentos que, a pouco e pouco, vieram sendo despertados do longo e pesado sono que dormiam no leito de poeira dos arquivos. O interesse direto da casta dominante impôs a destruição de fontes que projetariam uma luz forte sobre aspectos obscuros do movimento, mas, mesmo assim, restaram provas circunstanciais expressivas, capazes de esteriotipar-lhe a extensão e relêvo. Do emissário enviado a Nimes, para o encontro com o norte-americano Tomaz Jefferson, ig-

nora-se o fim, porém dêle ficou uma longa carta que consubstancia o apêlo dos brasileiros endereçado aos Estados Unidos no sentido de que estes lhes proporcionassem ajuda material para o êxito da rebelião. José Joaquim da Maria seria um môço de vinte e poucos anos, estudante, a quem os chefes da emprêsa confiaram tão grave missão diplomática. E dos têrmos da resposta do plenipotenciário com quem se entendeu, das promessas formuladas quanto a uma cooperação indireta, através de remessa de soldados voluntários, se depreende que os vitoriosos do norte do Continente viam com clareza o que naquela altura representaria, para o seu prestígio ideológico, a fundação de mais uma democracia neste hemisfério. Os rebeldes de Vila Rica perderam a batalha que não chegaram a desencadear. Perderam-ná, no entanto, menos pela sua falta de argúcia e de cultura, que êles as tiveram em sua plenitude, do que pela vigilância pertinaz dos agentes da autoridade lusitana, que compreendiam o fenômeno e acompanhavam de perto a marcha dos acontecimentos na colônia. E não limitemos à delação do Coronel de Milícias Joaquim Silvério dos Reis o fracasso da revolução. Sem dúvida, a êsse renegado se deve, principalmente, a prisão de Tiradentes. Mas o próprio Visconde de Barbacena, como se deduz de informes posteriores, andava na pista dos conjurados, mantinha um serviço de espionagem perfeito, que o trazia a par de tôdas as ocorrências. Êle foi, até certo ponto, um estrategista que chegou a dar a impressão de que agia com duplicidade: escondia-se hábilmente, de forma a que no caso do triunfo da revolução pudesse a ela aderir... Nos depoimentos da devassa, mandada proceder pelo vice-rei Conde de Rezende em 1794, ordenado o fechamento da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, que aqui se fundara em 1786, sob os auspícios do vice-rei Luiz de Vasconcelos, revela-se que se desconfiava de Barbacena, admitindo-se que êle fôra tolerante demais ao tempo em que governara e que só se pronunciara, franca e enêrgicamente, na hora em que os conspiradores estavam desarmados. Essa entidade de letrados funcionava sob a direção de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, professor de Retórica, e tinha no seu programa fazer observações científicas sôbre o eclipse total da lua que manifestara em 1787, produzir memórias a respeito do calor da terra fisicamente considerado, além de outras atividades, como o fabrico da tinta de urucu e os danos ou vantagens do uso da cachaça... Uma autêntica réplica das assembléias dos frades de Bizâncio... Apesar de todo êsse lirismo, aparentemente inofensivo, o Conde de Rezende, avisado por um certo José Bernardo da Silva Frade, deliberou acabar com a Sociedade Literária, com o pensamento no que se desenrolara em Vila Rica entre poetas e soldados que na casa de Tomaz Antonio Gonzaga conversavam literatura. Para completar a obra mandou que se abrisse uma devassa "para se descobrirem por ela — é assim que está escrito — as pessoas que com escandalosa liberdade se atreviam a envolver em seus discursos matérias ofensivas da Religião e a falar nos negócios públicos da Europa com louvor e aprovação do sistema

atual da França, e para conhecer-se se entre as mesmas pessoas havia alguns que, além dos ditos escandalosos discursos, se adiantassem a formar ou insinuar algum plano de sedição."

Outro denunciante, nesse episódio, foi Frei Raimundo de Penaforte, guardião dos franciscanos, o que assistira aos últimos momentos de Tiradentes... Muita gente se viu alvo de suspeitas e pagou no cárcere o delito de cuidar de coisas do espírito numa época em que se castigava pensar em algo que não fôsse a louvação aos méritos do rei... Mariano José Pereira da Fonseca, que em 1823 seria ministro da Fazenda, e mais tarde senador do Império, conselheiro de Estado e Marquês de Maricá, suportou vexames, esteve encarcerado em cubículo infecto, só porque se disse que êle teria, entre os livros da sua biblioteca, um volume intitulado "Instrução à mocidade" e que pela epigrafe merecia condenação e mais o "Emílio", de Jean Jacques Rousseau... Sustentava o Conde de Rezende, nas instruções transmitidas ao Desembargador-Chanceler Antonio Diniz da Cruz e Silva, que os descuidos em face do que sucedera em Vila Rica não deveriam reproduzir-se e era preciso que se cortasse o mal antes de nascer...

Como é fácil de observar, não fôra tão insignificante assim o que se originara de reuniões secretas nas montanhas mineiras e culminara na força erguida no campo da Lampadosa...

Façamos agora uma reconstrução panorâmica do que a história nos conta sobre o dia vinte e um de abril de mil setecentos e noventa e dois, nesta cidade constrangida a enfeitar-se de quantas galas possuísse e a explodir em regozijo pela morte de um homem que lhe era apontado como réu do mais nefando dos crimes, o de acreditar que a extinção de uma tirania bárbara e primitiva que aviltava o Brasil seria uma alvorada de liberdade para os seus patrícios. No edifício da Cadeia abre-se a porta da masmorra onde havia três anos Tiradentes aguardava a decisão da Justiça, e uma figura esquelética, a barba longa e espessa a cair-lhe sobre o peito magro, aparece vestindo a alva dos condenados à morte. O abatimento físico não lhe abateu o moral, e êle avança para a rua, o olhar firme, a cabeça levantada. Mais alguns passos e eilo entre as filas de soldados de fardas garridas, os representantes da nobreza e do clero, que compõem a procissão que o acompanhará até ao cadafalso. Clarins soam, bandas de música executam partituras festivas. Em derredor, a massa da população estarrecida que batedores a cavalo afastam a cada momento. E o cortejo começa a movimentar-se a caminho do local do suplício. No trajeto vêem-se as janelas das casas adornadas de panos vermelhos, azuis, amarelos, todo o luxo da intimidade dos domicílios a mostrar-se ao sol, numa cumplicidade forçada com a monstruosidade que se irá co-

meter em nome da lei e como demonstração do instinto de sobrevivência de um regime de degradação humana em fase de decomposição. Ninguém, decorridos mais de cento e cinquenta anos, imaginará que aquêlo povo estaria, no íntimo, solidário com a ação dos tiranos. Aquilo que se consumava tinha um objetivo: dominar, pelo terror, qualquer pretensão de imitar, pelos tempos a fora, a atitude dos rebeldes de Vila Rica. A vista do castigo infligido a Tiradentes, quem seria suficientemente louco ou corajoso para renovar-lhe a façanha? O decreto da sua matança era claro: para que a sua morte servisse de exemplo...

O mártir é conduzido à igreja da Lampadosa. Aí, penetra o templo para um instante de oração e em seguida sai e se aproxima do patíbulo. A cerimônia atinge ao seu ponto culminante. O frade se avizinha para que se veja que aquêlo que vai ser enforcado, embora sem o perdão dos homens receberá o perdão de Deus... E o carrasco faz o resto, com a brutalidade do ofício infame.

Mas não termina ainda a punição. Aquêlo corpo maldito não terá a sepultura dos que morrem naturalmente e vão repousar em túmulo sagrado, com direito à reverência dos sobreviventes. Dêle nada deverá permanecer na terra. Esquartejam-no, dividem-no em pedaços, que são espetados em postes, à margem do mesmo caminho que êle trilhou em vida, entre Vila Rica e o Rio de Janeiro, nas suas andanças de propagandista da idéia nova. A cabeça mostrará ao povo de Vila Rica o fim do herói. E o final da tarefa destruidora caberá aos abutres e às intempéries... Mas não é tudo. Quem tiver nas veias sangue de Tiradentes será ferreteado com o estigma da maldição, e a sua casa demolida, e o chão salgado para que nenhuma sombra de vida vegetal ali venha a medrar no futuro...

A reconstituição nada tem de fantástica. É, em proporções mínimas, a alegoria, com alguma vivacidade para efeito decorativo, da tragédia que se consumou em obediência ao teor desta sentença da Alçada, datada no Rio de Janeiro a 18 de abril de 1792: — "Portanto condenam o réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, Alferes que foi da tropa paga da capitania de Minas, a que com baração e pregão seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da fôrça, e nela morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada à Vila Rica, aonde em o lugar mais público dela será pregada em um poste alto até que o tempo a consuma; o seu corpo será dividido em quatro quartos e pregados em postes pelo caminho de Minas, no sítio de Varginha e de Cebolas, aonde o réu teve as suas infames práticas, e os mais nos sítios de maiores povoações, até que o tempo também os consuma. Declaram ao réu infame, e infames seus filhos e netos, tendo-os, e seus bens aplicam para o fisco e câmara real, e a casa em que vivia em Vila Rica será arrasada e salgada, e que nunca mais no chão se edifique, e não sendo próprias, serão avaliadas e pagas ao seu dono pelos bens

confiscados, e no mesmo chão se levantará um padrão pelo qual se conserve em memória à infâmia dêste abominável réu.”

Todo êsse fervilhar de cóleras, todavia, tinha uma razão. Que ramos naqueles tempos sombrios? Oito milhões de quilômetros quadrados de território, com aproximadamente três milhões de habitantes brancos e mestiços e mais quase dois milhões de pretos escravos, parte nas fazendas e parte nos reduzidos núcleos urbanos da costa. A exploração do ouro fizera com que se formasse uma casta de senhores onipotentes, encarregados da arrecadação dos quintos destinados ao real erário. Aos índios, nessa altura, movia-se guerra de extermínio por não se submeterem aos conquistadores. Antes, presume-se que fôsse de milhões de sêres entregues ao nomadismo na selva tenebrosa. De várias armas se utilizaram os reinóis para abatê-los, e até roupas de variolosos se distribuíam aos silvícolas para infectá-los e dizimá-los. Em 1639, o Papa Urbano VII dirigia uma Bula aos descobridores do Brasil, declarando-lhes que os indígenas não deviam ser perseguidos “porque eram entes humanos como os demais homens, não podiam ser reduzidos à escravidão.” Em 1657, o padre Antonio Vieira traduzia a sua revolta dêste modo: “As injustiças e tiranias que se tem executado nos naturais destas terras, excedem muito às que se fizeram na África. Em espaço de quarenta anos se mataram e destruíram por esta costa e sertões mais de dois milhões de índios e mais de quinhentas povoações com grandes cidades e disto nunca se viu castigo.” Quatro anos antes o mesmo jesuita, em carta do Maranhão endereçada a D. João IV assim se manifestava sobre o assunto dos índios: “As causas de até agora se ter feito tão pouco fruto com estas gentes são, principalmente, as tiranias que com elas temos usado, havendo capitão que obrigou a atar dez morrões acesos nos dez dedos das mãos de um principal de uma aldeia para que lhe desse escravos e assim o fêz. Este e semelhantes terrores têm feito o nome dos portugueses odioso nos sertões e desautorado muito a fé, pretendendo os bárbaros que é só em nós pretexto de cobiça, com que muitos se têm retirado mais para o interior dos bosques...” A interinência do padre generoso valeu-lhe, em 1661, um decreto expulsando-o da região do Pará onde exercia a catequese. Os negros não recebiam tratamento melhor, jungidos à canga dos trabalhos forçados. Os senhores tinham sobre eles direito de vida e de morte. Em 1753, o governador de Minas expedia um “bando”, tornando obrigatório o pagamento de seis oitavas de ouro aos Capitães-do-mato por cabeça de negro fugido e morto. Nessa mesma zona, em 1756, registra-se uma surreição de pretos. Ordena-se a sua liquidação sumária, e são tradas, como troféus, apresentados ao governador, setê mil e oitocentas pelhas dessas vítimas... Mas não eram mais felizes os brancos e os mestiços, aos quais eram vedadas as atividades rendosas, os officios, a aquisição de bens de raiz, coisas que inglêses como Armitage e John Cock anotaram em seus livros, isso já nas vésperas da independência. Completando essas observações, temos a de José Bonifácio, bastante

significativa: "Por que a Providência não consentiu que o nôvo mundo fôsse descoberto mais tarde, quando as nações européias estavam já mais cultas e civilizadas? Que de crimes e horrores não se teriam poupado. Não existia equilíbrio algum entre o ataque e a defesa; tôda a fôrça e tôda a injustiça estavam nos europeus; tôda a fraqueza e ignorância, nos americanos; portanto, foram exterminados quase de repente. A maior infelicidade que suportou a massa geral dos homens foi a conquista do nôvo mundo. Aventureiros sem moralidade e sem preço foram irritados pela cobiça e se tornaram tigres carniceiros. É causa grande e bela chamar do mundo das matas aos selvagens, para os civilizar; mas, se deviam sê-lo pelo ferro, pela astúcia e pela imoralidade, melhor fôra deixá-los vegetar na sua ignorância e barbáridade; ao menos não aumentaríamos a sua miséria e não os teríamos exterminado."

Sabe-se que na colônia a administração metropolitana se fazia sentir exclusivamente pela catadura do fisco e pelo delegado do Estado que punia os contraventores, considerados como tais todos aquêles que de seu próprio esforço procuravam tirar alguma coisa para si, embora a parte do leão se destinasse irrevogavelmente ao tesouro do rei. Desconhecem-se planos de desenvolvimento econômico. As doações de áreas enormes a fidalgos arruinados, para que as explorassem com escravos índios ou africanos, tinham por objetivo, em certa época, o corte das madeiras preciosas que a mão de Deus plantara, e depois a extração do ouro que brilhava à flor do solo e cintilava no leito dos rios. Mas mesmo a êsses latifundiários vorazes não se concediam direitos absolutos, porque casos houve em que aos que, por sua conta e risco, alargaram as fronteiras de seus domínios, se cominaram penalidades do estilo da revelada pela Carta Régia de 1797: eram de propriedade da Coroa tôdas as matas e arvoredos à borda da costa ou dos rios que desembocassem no mar e por onde em jangadas pudessem ser transportadas as madeiras cortadas. Em tais sítios era proibida a concessão de sesmarias e os que avançaram além dos limites traçados por determinação real viram a queima das raízes de pau-brasil ali existentes para que não se reproduzissem...

Por mais estranho que pareça, criou-se, no Brasil, uma atmosfera de incompreensão, quiçá com propósitos equívocos, em virtude da qual somos colocados freqüentemente na posição de quem, a tôda a hora, precisa explicar a natureza de seu nacionalismo, e quase que a pedir desculpas por ser brasileiros. A expressão "jacobino" lança-se no ar, às vêzes, para que aquilo em que se definam antagonismos entre portugueses e brasileiros perca sua consistência histórica e seja levado à conta de rugas ou até de ridículas anedotas. A bem da nossa dignidade, insinuações dêsse porte devem ser condenadas ao desprezo, porque carecem de substância e refletem somente a precariedade de argumentos dos que não dispõem de armas mais eficazes para uma contradita decente. Em primeiro lugar, quando se faz história antiga

do Brasil, não há como deixar patente que existem divisórias nítidas entre a metrópole e a colônia, e que essas divisórias foram traçadas rigidamente pelos governantes de Portugal, que não primavam pela lucidez e senso psicológico, como o assinalam depoimentos insuspeitos de autoridades como Oliveira Martins e Júlio Dantas, aquêle ao descrever os desmandos de monarcas desprovidos de inteligência e cultura para dirigir e aproveitar o opulento patrimônio que os audazes navegadores do século XVI lhes puseram nas mãos, e éste, ao perscrutar, como psiquiatra, as taras de uma dinastia que arrasou a sua pátria em séculos de loucuras e desconcertos administrativos. O Brasil, para ser o que é, para ser na comunhão dos povos mais do que uma imagem geográfica, só tinha um recurso: o da rebelião. De parcela do império lusitano, passaria — é claro que contra os designios da Coroa — a Nação soberana, pelo esforço daqueles que eram até então portugueses oprimidos, e se salientaram na exploração da terra virgem, e pelos que em Portugal se denominavam pejorativamente de “vassaloria inferior aos”, de categoria inferior aos “vassallos da Europa”. É erro gravíssimo afirmar que há uma história comum de Portugal e Brasil, atribuindo-se àquele uma paternidade que só tem corpo na fantasia dos criadores de lendas, pois que tal paternidade veio sendo renegada através de três centúrias de agravos do genitor ao filho. O que se verificou no passado foi, nem mais nem menos, do que um estado de litígio, idêntico, aliás, ao generalizado a todo o Continente, porque a libertação de hispano-americanos e de norte-americanos é o efeito das lutas travadas contra as metrópoles ultramarinas. A verdadeira história do Brasil é a do seu povo — povo oriundo das primitivas levas que aqui aportaram como o estigma de degradados e cujo delicto maior era o de guardarem nas veias sangue de mouro ou de judeu, ou o de professarem crença religiosa diferente da dos reis — povo, em parte vindo de fora, e em parte produto da miscigenação que se operou na nova terra, em oposição aos decretos do governo, como um de 1690 que estabeleceu, para a capitania de São Paulo, a pena de morte a ser aplicada nos “bastardos, carijós, mulatos e negros, ou filhos da terra”. É textual, como o é também o contido na Carta Régia de 1734, proibindo que os magistrados se casassem no Brasil, sob pena de demissão e remessa para o Reino; e mais o Alvará de 1755 que dizia “haver infâmia no matrimônio de portuguezes com índias e de portuguezas com índios”.

Que essa legislação sinistra e desumana foi frontalmente desobediada, se constata no desenvolvimento vertiginoso da população mestiça que, em menos de um século, igualaria a da própria metrópole. Mas é a realidade palpitante a gritar o seu protesto e a crescer, até a fase em que os brasileiros tiveram fôrça bastante para emancipar-se. História do povo na peleja titânica para subjugar a natureza bravia, para construir os baluartes da sua defesa, para elevar-se num tipo de civilização. E se um presidente da República, nos Estados Unidos, como Calvin Coolidge, não há muitos anos, ao inaugurar um curso de

história, declarou com ênfase que a história dos Estados Unidos tinha de ser ensinada contra a Inglaterra, porque a sua liberdade custara aos norte-americanos muito sangue e muito dinheiro, porque essa timidez que nos induz a esconder ou mascarar a nossa ensanguentada história, no período da constituição e ordenação da nacionalidade, e que também foi contra Portugal, de que nos desmembramos para chegar ao que somos? Não há ofensa nessa atitude ao país com quem vivemos em harmonia no presente, em pé de igualdade, no campo das relações internacionais, como não nos ofendemos quando os historiadores lusos pintam os heróis das nossas revoluções libertadoras como criminosos e julgam justas as penalidades aos mesmos infligidas. Nem a Inglaterra, como o asseverou Coolidge, se melindraria ao ter conhecimento dos conceitos emitidos pelo chefe de Estado que não fizera mais do que afirmar uma verdade histórica.

Nesse clima de terror, que se projetava sobre séculos, vivia uma população desgraçada de portugueses sem carta de nobreza, de filhos de casais portugueses pobres e laboriosos, de nativos que eram olhados com suspeita pelo crime de haverem nascido aqui, de índios escorraçados e pretos humilhados, uma população que esperava a voz salvadora de um condutor que lhe abrisse no espírito a clareira da esperança numa existência mais afortunada. Os tormentos aumentavam à medida que os anos se escoavam, e os rigores fiscais caíam pesadamente sobre os míseros colonos, enquanto em Lisboa os palácios, edificadas com o ouro canalizado para os cofres da realeza amaldiçoada, ostentavam a sua majestosa arquitetura. E nesse ambiente que a Conjunção Mineira congrega os homens de prol da capitania, magistrados, poetas, soldados e clérigos, e que seriam a síntese do clamor coletivo contra a opressão. E do meio desses se levanta para o suplício e para a glória o gigante: Tiradentes. Para o realce desse perfil de águia, era necessária a pintura do quadro de monstruosidades que justificava a sua aparição. Só se compreende a grandeza do herói no seu confronto com o melo em que ele teria de atuar. Afirmam os desfiguradores da verdade histórica que Joaquim José da Silva Xavier era um modesto Alferes de Milícias da Capitania de Minas Gerais, inculto e primário, e que a sua morte traduzia a intenção de impressionar o povo com um espetáculo horripilante. Seria ele o réu mais insignificante... Mas esse mineiro medíocre recebera, anteriormente, incumbências sérias porque dotado de conhecimentos de mineralogia, e o posto que ocupava na militança, dadas as dificuldades criadas para os filhos do Brasil, dizia muito de seus méritos excepcionais. Um exame dos autos da devassa nos abre um roteiro para a focalização da fisionomia de Tiradentes e do seu papel de centralizador do movimento. E as contradições forçadas dos depoimentos concorrem para que ele nos apareça na plenitude do fulgor do seu heroísmo. Apontaram-no como um tagarela sem descortino, repetidor do que ouvia dos viajantes como se fôsse de sua inventiva. Vejamos o desmentido no texto dos documentos catalogados para deprimir o

revolucionário. O Visconde de Barbacena afirma que "os protagonistas da Inconfidência, Dr. José Alves Maciel e Tenente-Coronel Francisco de Paula Andrade declararam que Tiradentes nessa conspiração figurou APENAS COMO UM CONFIDENTE do Dr. José Alves Maciel, limitando-se o seu papel a simples correio para comunicar CERTAS INFORMAÇÕES QUE NÃO CONVINHA FOSSEM POR ESCRITO, a fim de evitar a possibilidade do risco que corriam de poder o governador havê-las sendo em cartas..." Ora, o confidente de uma conspiração deve ser no mínimo discreto, e ter uma linha de conduta comprovada e exemplaríssima para o desfrute de tão alta prova de confiança. E os conspiradores de Vila Rica, se lhe deram essa prova, é que o conheciam a fundo. No segundo interrogatório ao Dr. José Alves Maciel, a 29 de novembro de 1789 lê-se: "E concluiu, falando de Tiradentes: que assim o intentava pôr em execução — o plano da revolta — porque tinha as maiores pessoas e as mais ricas, das quais podia conseguir dinheiro para fazer um trapiche e para meter as águas do Andaraí na cidade..." O Tenente-Coronel Francisco de Paula Andrade, no interrogatório de 14 de janeiro de 1790, informava que o Tiradentes, ao referir-se às vexações que pesavam sobre o povo, privado de possuir indústrias, "falava tão inflamado na matéria que chegava a chorar". São idênticas as declarações do Coronel Alvarenga. Que se demonstra com isso? Que Tiradentes os convocava ao movimento de que ele seria o caudilho. E com que habilidade tramava ele na sombra o seu tecido! Reza o interrogatório de 25 de janeiro de 1789 que o "Tiradentes, num encontro que tivera com o Tenente-Coronel Andrade, Comandante do seu Regimento, lhe comunicara estarem os fluminenses desgostosos e se se não levantavam era por não contarem com o partido que teriam em Minas." Como explicar que um "insignificante milico" se vestisse de tamanha audácia para semelhante conversa com o superior hierárquico, num ato evidente de indisciplina e desrespeito? A incoerência salta aos olhos. Mas é sempre nesse embrulhadíssimo processo e nas páginas dos historiadores que o interpretaram ao sabor das conveniências monárquicas que encontramos os elementos favoráveis a Tiradentes. Joaquim Norberto escreveu uma alentada "História da Conjuração Mineira", mais romance do que história autêntica, muito embora houvesse buscado mascarar a intenção de aulicismo com algumas pontas de veracidade documentada. E vai por sua conta esta descrição do entendimento de Silva Xavier com o Tenente-Coronel Francisco de Paula Andrade: "... e como adocesse o Tenente-Coronel aproveitou-se o Tiradentes de semelhante pretexto para ir visitá-lo e, não podendo conter-se, tocou na matéria. Sobresaltou-se o Tenente-Coronel com tanta ousadia; e mostrou-se admirado de que o seu subordinado se atrevesse a lhe falar sobre tão misterioso e delicado assunto. O Alferes, que pela força de sua loquacidade, era bastante desembaraçado, explicou melhor o seu projeto e lhe fez ver que a causa do levante só dependia da sua vontade, por isso que na cidade do Rio de Janeiro estavam os ânimos dispostos para um mo-

vimento insurreccional, e a fim de lisonjeá-lo acrescentou que as pessoas que deveriam pôr-se à testa da revolta só desejavam saber se podiam contar com a sua preponderante adesão." Compare-se essa descrição novelesca com o depoimento sereno do official, e veja-se o intuito de um desvirtuamento do que ocorreu na realidade. Aliás, o fato do Tenente-Coronel haver sido introduzido na conspiração pelo Alferes diz tudo.

Alguns anos decorreram e eis que D. João VI, filho da rainha que mandou enforcar Tiradentes, aproveita algo dos propósitos do "criminoso de lesa-majestade". Escreve o cronista do rei, padre Luiz Gonçalves dos Santos, nas suas "Memórias para servir à história do Reino do Brasil": "Por decreto de 2 de janeiro de 1809 ordenou o príncipe-regente que o Conselho da Fazenda mandasse demarcar nas praias da Gamboa e Saco do Alferes desta cidade os terrenos próprios para armazéns e trapiches e que os aforasse ou arrendasse a quem mais oferecesse. E mandou logo que chegou a esta Côrte conduzir por um bicame de madeira as águas do Rio Comprido ao Campo de Sant'Ana até que se concluísse o aqueduto do Maracanã". Nesse mesmo ano D. João não esqueceria os serviços do delator Joaquim Silvério dos Reis: instituíra uma pensão anual de quatrocentos mil réis, como paga ao denunciante da Conspiração de Vila Rica...

Prossigamos, porém, na análise dêsse processo que é um dos mais espantosos monumentos de teratologia jurídica para a degradação de uma fisionomia moral e legalização de uma falsidade. O Tiradentes, nas linhas dêsses autos, acabaria por parecer um pobre diabo, meio imbecil e meio exasperado, que com a sua língua solta, o seu exibicionismo audacioso e inconseqüente, teria pôsto a perder alguns cúmplices letrados e ingênuos, intoxicados de leituras proibidas e pecaminosas e que ousaram concertar um ataque às instituições que ostentavam na sua cúpula a imagem sagrada d'El-Rei, enviado da divindade para o govêrno das gentes portuguezas... O que se intentava, e não recomenda os talentos do magistrado Antonio Diniz da Cruz e Silva, poeta medíocre e vaidoso, era diminuir o quanto possível, mesmo à custa de disparates, a ação do alferes, transformado num títere inulto e parlapatão, e que no fim do drama inspirasse apenas comiseração pelo infortúnio a que fôra arrastado por carência de qualidades e miséria de intellecto. Tôda a tessitura do inquérito obedece a êsse intuito. Há nêle um trecho em que se escreve:... "Fizemos endereçar do réu um requerimento em têrmos humildes e cristãos à Santíssima e Santa Rainha, pedindo clemência; mas em vista de ser necessário um exemplo para conter os exaltamentos de que estavam possuídos e natural esgarçamento dos povos, acharam o Sr. Visconde Governador das Minas e o Sr. Vice-Rei que se não perdoasse ao supradito réu a quem confortamos como pudemos e dêle fizemos um crente conformado e humilde..." Êsse "fizemos endereçar" demonstra que não houve espontaneidade no pedido. E mais

adiante se afirma: "E dos conjurados é sabido ter sido o réu o mais falador e o mais insignificante no grêmio da sociedade desta província, motivos que determinaram a sua escolha para morrer como exemplo." O menos que se pode dizer de uma Justiça que acumula provas, concatena depoimentos, arranca confissões, atinge os elementos graduados da conspiração, para no final remeter os maiores ao degrêdo da África e sacrificar o menor, o menos perigoso, punindo-o com o enforcamento, a mutilação do cadáver, a excomunhão da prole, o castigo do chão esterilizado, o menos que se pode dizer dessa Justiça é que é inepta e estúpida. Mas a verdade é tão luminosa, os raios que dela irradiam tão fulgurantes, que a moldura de ignomínias arquitetada para diminuir a projeção de Tiradentes só serviu para engrandecê-lo e permitir que a posteridade o canonizasse. O ódio real fulminou-o, com tantos requintes, precisamente porque êle concentrou em sua pessoa as responsabilidades máximas da revolução em perspectiva, foi o seu planejador, o aglutinador de tendências e de vontades dispersas, o articulador de fôrças, o único que possuía as virtudes para a chefia. Diante dêle, do seu entusiasmo, do seu poder de sedução, se curvaram figuras como a de Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto e Tomaz Antonio Gonzaga, patentes militares de graduação elevada, clérigos e advogados de renome. E o povo, no seu instinto divinatório, depressa fêz dêle um símbolo.

A República que êle sonhou ligada à idéia de independência do Brasil sagrou-o. Ele é o precursor de um regime que tem dado à nossa terra o que o anterior lhe recusava, ora com astúcia, ora a ferro e fogo: a liberdade. É um velho sestro dos cronistas do rei asseverar que o Brasil é um país sem lances heróicos na sua história e que tôdas as nossas transformações sociais e políticas foram concessões generosas dos dirigentes, na colônia, na monarquia e na derradeira etapa que foi a proclamação da República pejorativamente classificada como uma quartelada vitoriosa pela surpresa em face de uma população inerte. É preciso desmoralizar êsse acervo de mentiras aviltantes. A árvore que abriu a sua fronde em 15 de novembro de 1889 teve as suas raízes alimentadas com o sangue de muitos mártires. Por ela, Tiradentes foi estraçalhado e vilipendiado. Por ela, em 1817 padeceram nordestinos que a proclamaram, sem êxito, e a terra pernambucana assistiu a fuzilamentos e a cenas de vandalismo como aquela do padre Tenório e do menino José Peregrino de Carvalho, arrastados por cavalos furiosos nas ruas de Recife. Por ela, se bateram em 1822, ainda infrutiferamente, mas com denôdo, Gonçalves Lêdo e o Brigadeiro Luiz da Nóbrega de Souza Coutinho, ministro da Guerra de Pedro I. Por ela, novamente correram rios de sangue em Pernambuco, em 1824, e por ela em 1831 se bateram, na hora da queda do imperador, que tentava a recolonização, os nacionalistas que os moderados da Regência subjugaram. Por ela, Bento Gonçalves se sublevou em Piratini, em 1835, e batalhou durante um decênio cruento. Por ela, paulistas e mineiros se revoltaram em

1842, e por ela, em 1848, novas sangueiras jorraram em Pernambuco, com vítimas ilustres que se chamavam Nunes Machado e Pedro Ivo. Muitas fôrças, em vários pontos do país, exibiram os luxos de violência dos tiranos através dos séculos. Em 1889, quem triunfou foi uma idéia que dominava a totalidade da nossa população. E a República não foi um presente do céu, e sim a vitória de uma causa que alcançava a última meta, deixando atrás de si um cortejo de mortos preclaros, um traço de sangue que vinha da colônia, atravessava o Império e terminava no gesto de Deodoro.

Meditemos sôbre a enormidade moral dessa figura. Quantos, antes de Tiradentes, não pagaram com a vida a audácia de alimentar a esperança de possuir uma Pátria por cujo desenvolvimento e afirmação trabalhassem libertos de preconceitos, pátria generosa e hospitaleira no abraço fraterno aos que lhes trouxessem as lições da sabedoria e nela se integrassem como se nela fôsem nascidos, pátria digna de amor humano pelos seus exemplos e altiva no seu instinto de sobrevivência... Tiradentes não ignorava a sorte funesta de seus precursores. Sabia que do fundo dos séculos se erguiam vozes másculas de dezenas de sacrificados. Tinha diante dos olhos a visão de Felipe dos Santos, arrastado à cauda de cavalos, naquela mesma região das Minas, de onde o ouro escorria tinto de sangue, a visão do incêndio do arraial de Ouro Podre, punido barbaramente pela falta de haver dado ouvidos ao verbo inflamado do tribuno revoltado de 1720. O grito do índio Sepé, no extremo sul — “Esta terra tem dono!” — em 1750, não lhe era estranho. Nada disso o atemorizou, e por fim não se abateu quando lhe leram a sentença em que a pena era mais dura do que a que fôra aplicada a seus antecessores desgraçados e heróicos.

A Liberdade foi o seu tema, o seu brado de fé, a liberdade-direito de pensar e de agir com intenções honestas, de trabalhar com proveito individual e coletivo, num regime em que todos seriam iguais perante a lei, embora biologicamente desiguais, dessa desigualdade onde não há superiores e inferiores, e sim diferentes em harmonia, como as árvores da floresta na imponência do conjunto. Para que um dia alcançássemos êsse objetivo, êle não se arreceou de afrontar o despotismo em cujas garras foi abatido como fera. Para que a liberdade se afirmasse viva, na plenitude de seu significado jurídico e humano, liberdade de uns que não transpõe o limite da liberdade de outros, para que subsista a liberdade única e de todos, morreram em vilipêndio seus primeiros apóstolos e profetas. Hoje, a liberdade é invocada como inscrição de flâmula de guerra dos que dela se servem para melhor apunhalá-la pelas costas. Convenhamos, todavia, em que a liberdade não é vocábulo vazio de sentido, nem frágil e sonora figura de retórica. É o clamor do instinto das criaturas que lhe conhecem a antítese que é a escravidão. Com ela se vive e por ela se morre como morreu Tiradentes. E quando o nosso Presidente da

República lança dos pináculos mineiros de Diamantina a grande e vigorosa advertência, a fim de que não caiamos nas malhas da sedução do lobo, e bispos fazem soar o verbo severo e grave da Igreja, escutemos o toque de alarma que nos previne contra o risco da humilhação ao materialismo que sopra de longe os seus miasmas. Pessoalmente, talvez singularmente, há três decênios, me mantenho na trincheira ideológica de onde prego o nacionalismo, que foi o de Tiradentes e o dos que lhe adotaram o lema intrépido. Não nos enganemos com miragens, acreditando que não possam renascer forças para os crentes na eternidade de um mundo livre, olvidado de providências acauteladoras e defensivas. Em 1935, eu escrevia isto numa das mais altas tribunas da nossa imprensa: "Estariamos numa República que arma os adversários de instrumentos legais para destruí-la arrebatando-lhe os alicerces. Daríamos, com isso, ao mundo, uma escandalosa prova de estupidez. E seríamos, além do mais, um motivo de escárnio para os partidos antiliberais que exigem de nós a liberdade de nos vencer e dominar para depois confiscar-nos a liberdade." Em 1958 — como é lenta a marcha dos conselhos no caminho que vai da boca dos que os proferem aos ouvidos dos que dêle necessitam! — vemos o chefe da Nação na contingência de declarar: "Não consentirá o governo que a liberdade seja utilizada para assassinar a liberdade."

Neste dia consagrado ao homem-símbolo da liberdade nesta terra, que ao menos se compreenda que não bastaram cento e sessenta e seis anos para a consolidação do princípio pelo qual êle padeceu morte infamante. A liberdade existe, é dogma democrático, mas de uma democracia militante que não dorme nem sonha, porque nunca dormiram nem sonharam os que admitem a possibilidade de aniquilá-la em seu próprio nome. Tudo o que acabo de dizer-vos é apenas literatura histórica naquilo que carece do depoimento das velhas verdades escondidas nos documentos que explicam e justificam os fatos consumados. É, porém, acima de tudo, o cenário moral do maior dos nossos dramas de todos os tempos: o drama dos que abominaram a escravidão. Tiradentes será, assim, no decorrer das idades, o ponto de referência dos que constróem uma civilização que morreria de vergonha se tivesse de argamassar-lhe os fundamentos com as lágrimas dos escravos. E policiar essa liberdade para preservá-la de engodos, é o dever dos que aprenderam a ver em Tiradentes, não um semideus mitológico, mas um Homem que não teve medo de morrer no passado para que o seu povo pudesse viver com dignidade e sem medo no futuro.